



25870338



08020.007393/2023-51



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Segurança Pública  
Diretoria de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública  
Coordenação Geral de Licitações e Contratos

## RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 4/2023

**RATIFICO** o Ato de Inexigibilidade de Licitação, no uso das atribuições conferidas por meio de subdelegação de competência conferida no inciso X do art. 1º da Portaria SENASP/MJSP nº 499, de 25 de novembro de 2021 ([25541931](#)) e com base no *caput* do art. 26 da Lei nº 8.666/93, praticado pelo Sr. **Márcio Batista Nunes Homem, CPF 766.960.570-72**, Coordenador-Geral de Licitações e Contratos, para contratação da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CNPJ nº 00.360.305/0001-04**, no valor de **R\$ 631.943,00 (seiscentos e trinta e um mil novecentos e quarenta e três reais)**, Proposta Comercial ([25497028](#)) e Nota Técnica ([25604570](#)), referente a contratação de Agente Operador com o escopo de operacionalizar o pagamento dos recursos destinados ao Projeto Bolsa Formação, componente da política de educação e valorização dos profissionais integrantes das carreiras das polícias militar, civil e penal, do corpo de bombeiros militar, dos órgãos oficiais de perícia criminal e das guardas municipais, nos termos da Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 e do Decreto nº 11.436, de 15 de março de 2023, de acordo com as especificações, quantidades e demais condições constantes no Projeto Básico ([25648302](#)).

**LARISSA ABDALLA BRITTO**

Diretora de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA ABDALLA BRITTO, Diretor(a) de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública**, em 03/11/2023, às 18:21, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **25870338** e o código CRC **F0022189**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.